

ASPECTOS CONJUNTURAIS DA POLÍTICA BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE ELEITORES E CANDIDATOS

CONTEXTUAL ASPECTS OF BRAZILIAN POLITICS: THE RELATIONSHIP AMONG VOTERS AND CANDIDATES

Daniela Benato Zanoni¹, Luiz Rodrigues Wambier ²

¹ Autor para contato: Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Campus em Uvaranas, Ponta Grossa, PR, Brasil; e-mail: danibenato@interponta.com.br

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP

Recebido para publicação em 15/07/2004

Aceito para publicação em 22/12/2004

RESUMO

A conquista da democracia no Brasil, legitimada através da Constituição de 1988, significou o crescimento da autonomia popular no que se refere a questões políticas e à escolha dos governantes através do voto direto, e foi sem dúvida um grande passo no que tange à soberania e à liberdade popular. No entanto, a nossa tão aclamada democratização foi implementada em um país cuja cultura política é arraigada no escravismo, no patrimonialismo, no coronelismo, ou seja, temos um arcabouço histórico-político bastante conturbado, onde burlar leis, normas, fraudar eleições, comprar votos são coisas que sempre ocorreram com uma certa naturalidade. O período de eleição ainda é visto por alguns como o momento no qual se tem a oportunidade de obter favores ou algo material em troca do voto. Além disso, ainda podemos observar que muitos eleitores votam sem ao menos ter conhecimento da função inerente a cada cargo público, como por exemplo, a função de um Deputado Federal ou de um Senador. A escolha de um eleitor de votar em um determinado candidato ou não, pode ser influenciada pela igreja, escola, mídia, família, por promessas de campanha, pelo carisma do candidato ou ainda pelas condições de vida em que se encontra esse eleitor. São múltiplos os determinantes capazes de nortear o voto, e nosso estudo trata justamente desses aspectos. Este artigo começa recapitulando um pouco da nossa cultura política e da democratização do país, ou seja, a base na qual repousa o nosso Brasil de hoje.

Palavras-chave: cultura política, democratização, processos eleitorais, múltiplos determinantes

ABSTRACT

The conquering of democracy in Brazil, legitimated through the Constitution

of 1988, resulted in the growth of the people's autonomy in relation to political issues and the selection of leaders through election, and was, undoubtedly a huge step towards the people's sovereignty and liberty. However, our highly acclaimed democratization was implemented in a country in which political culture is deeply rooted in proslavery, patrimonialism, "coronelismo", that is, we have the background of a disturbed political history, in which to circumvent the law and the norms, to defraud elections and to buy votes, are things that have always occurred with a certain naturalness. Election time is still seen by some as a time when one has the opportunity to obtain favours or goods in exchange for one's vote. Besides, we can observe that many people still vote without even knowing the function inherent to each post in office, for example, the function of a Federal Representative or a Senator. The decision of an elector to vote on a particular candidate can be influenced by the church, the school, the media, the family, the campaign promises, the candidate's charm or even the elector's life condition. There are multiple determinants that can influence a vote, and our article deals with exactly these aspects. We start with a brief review of our political culture and the democratization of the country, in other words, the basis on which Brazil rests today.

Key words: political culture, democratization, election process, multiple determinants

1. Introdução

Atualmente podemos perceber a carência de conhecimentos que existe na sociedade a respeito da vida política. E esta questão passa a ganhar maior nitidez, quando estamos próximos das eleições.

Eleitores que compõem as mais diversas esferas da sociedade, quando questionadas a respeito do significado das palavras "democracia e cidadania," tem um conhecimento vago em relação ao amplo sentido e importância das duas variáveis dentro do contexto político eleitoral.

O conceito de democracia segundo Baquero (1998, p.34) não é apenas um conjunto de regras e procedimentos, a sua concretização envolve não apenas a questão inerente a um modelo de governo, envolve valores de fundo democrático. Mas quais são esses valores? Segundo o autor, exige um certo tipo de cidadão que seja ativo, informado, prudente, crítico, leal, respeitoso às leis, com sensibilidade moral e autodisciplina social, ou seja, um cidadão comprometido, preocupado com seu país, com a coletividade e não simplesmente com interesses individuais. A democracia a qual referenciamos neste artigo está ligada a esses valores e ao simbolismo que ela trás consigo na resolução dos problemas sociais.

Esses valores citados por Baquero acabam por fazer parte também do conceito de cidadania, pois ser cidadão é ter direitos e deveres dentro de um Estado, é exercer os direitos não esquecendo da mesma forma os deveres como parte integrada de seu território-nação. É não apenas se sentir, mas, ser responsável, crítico, exigente com relação ao que diz respeito ao seu país e, ainda mais, é manter-se informado, é ser prudente, disciplinado e leal com respeito às leis, primar pela moral e pelos bons costumes no convívio social, não esquecendo nunca da solidariedade.

Em seu sentido amplo, a cidadania, segundo Sorj (2001), deveria se constituir como a finalidade principal do Estado democrático, em proporcionar a mesma a garantia de direitos fundamentais (liberdade de propriedade, de consciência, de associação, de manifestação do pensamento, de participação política, de iniciativa popular, direito ao trabalho, à saúde e educação, segurança pública e ainda o direito à qualidade de vida).

O Estado deve desempenhar o papel de assegurar esses direitos aos cidadãos, estando a serviço da coletividade e deve acima de tudo respeitar e primar pelos direitos fundamentais da sociedade, proporcionando melhores condições de vida a população e tentando viabilizar a igualdade econômica e social.

Para Giddens (1996, p.135), o conceito de política traz implícita a idéia do diálogo, do reconhecimento e do respeito ao outro, da participação, do comum, do público. “Política é uma interação social com base ética”. Isso está na origem da formação do próprio conceito de política. Poder dialogar, divergir, argumentar, ter opinião, ser reconhecido, participar, ser responsável. São elementos do processo político, da construção de um espaço público e também de um processo de afirmação da cidadania.

A cidadania é algo que acontece nos espaços das relações sociais, a partir da interação entre os sujeitos sociais, entre sujeitos sociais e políticos e em conjunto também com o Estado. Não é apenas um conceito político, correndo o risco de se tornar ideologia de práticas de dominação, é algo dinâmico, sempre em construção. É um espaço social, construído no debate político e público, isto é, pela superação dos entraves à participação em processos decisórios sobre o desenvolvimento da sociedade.

O cidadão não pode ser visto apenas como eleitor, tem que ser visto como pessoa que tem anseios e deveres, como consumidor e contribuinte e o Estado deve estar sempre a serviço da sociedade e não a mesma a serviço do Estado.

Quando temos a oportunidade de estar inseridos no cenário que permeia uma eleição podemos perceber claramente alguns problemas relacionados entre o campo político e a sociedade como: a compra de votos, o desconhecimento por parte do eleitorado em relação as funções e deveres dos congressistas, os favores políticos antes e após as eleições, a revolta que existe por parte da sociedade em relação aos políticos e que faz com que a mesma se desinteresse e se afaste das questões inerentes ao governo e ao campo eleitoral.

Os pontos supracitados podem ser provenientes da falta de informação que referenciamos entre o funcionamento do sistema político brasileiro e a população. E esta carência de conhecimentos acaba por distorcer valores, funções e objetivos; o que muitas vezes atrapalha o desenvolvimento sócio-cultural do nosso país.

Retrocedendo um pouco mais, vamos buscar de onde vem esta despolitização, esta falta de interesse. Podemos pensar que estas características que marcam uma boa parte do eleitorado brasileiro estão ligadas

diretamente com alguns determinantes histórico-estruturais como: a cultura política que foi desenvolvida em cima do patrimonialismo e do clientelismo e a democratização do nosso país que vem sendo instituída também em cima desses modelos.

Outro ponto que prejudica e agrava o desinteresse da população pela política são os problemas de ordem social que vão ficando sem solução com o passar do tempo como: o desemprego, a fome, a questão agrária e a miséria, que contribuem para deixar a população descrente em relação ao seu país e aos seus governantes.

Hipoteticamente, graças a essas questões conjunturais que aumentam as dificuldades de sobrevivência nos dias atuais, e que também ampliam o descrédito que envolve o âmbito político, a eleição se tornou um grande mercado a céu aberto. Votos são trocados por todas as coisas possíveis e imaginárias. Os políticos oferecem promessas ilusórias, objetos, favores imorais, antiéticos, ilegais em troca do voto. Eles acabam se aproveitando do desespero, da fraqueza das pessoas, da pobreza, da enorme desigualdade social e econômica que impera em nosso país para ascenderem politicamente, e chegam ao poder pelas mãos dessas pessoas que, na ânsia de lucrar algo para si, muitas vezes depositam as esperanças nesses políticos e no estilo corrupto de fazer política.

É de causar enorme indignação a maneira com que o povo é manipulado. O ideal seria que a sociedade desenvolvesse uma maior sensibilidade eleitoral, soubesse o porquê está votando, conhecesse os deveres e funções de cada político e cobrasse tais compromissos. Tivesse conhecimento da responsabilidade, da importância de uma eleição e da força do voto.

O problema é que o período eleitoral é visto por muitos como uma chance para se conseguir concretizar desejos, problemas que ficaram sem solução ou benefícios e oportunidades que geralmente não se conseguiria em outra ocasião.

É uma troca constante, de um lado está a classe política que em ano eleitoral precisa muito de votos para se manter no poder, de outro lado está o povo carente de muitas coisas para poder ao menos viver com dignidade.

Este assunto é atual e de grande importância para a consolidação do sistema democrático brasileiro. No entanto, parece ser inexistente a preocupação por parte

de políticos em resolver ou sensibilizar a população para o problema. Podemos observar que é muito raro surgirem campanhas que instruem a população na escolha de um candidato, na seriedade de uma eleição e na responsabilidade que tem um eleitor em relação ao futuro do seu país. O assunto entra em voga apenas durante o curto período eleitoral, depois, passamos dois anos entre uma eleição e outra sem ouvir falar nada sobre o assunto e o que não podemos esquecer é que existem políticos que estão em trabalho constante, diário de manipulação das mentes humanas.

Talvez não exista interesse realmente por parte de alguns integrantes da classe política que a população seja sensibilizada para este aspecto, quanto mais a mesma tiver acesso à informações de qualidade, se torna mais difícil ludibriá-la. Sendo assim, para alguns políticos que se alimentam deste nicho de mercado, é mais interessante que as coisas fiquem exatamente como estão.

2. Cultura política e democratização do Brasil

Fazendo uma viagem através da história podemos encontrar pontos importantes dentro deste processo de afastamento social em relação à seara política que observamos e que já referenciamos acima.

Um dos pontos é a formação da nossa chamada cultura política que é o que molda a personalidade dos brasileiros e que pode servir de justificativa para muitas de nossas atitudes. O outro ponto diz respeito à democratização do Brasil que “ainda se encontra em fase de solidificação e de transição de valores,” como afirma Leonardo Avritzer (1986).

Segundo Baquero (1998, p. 32-33), “o conceito de cultura política se refere ao processo através do qual as atitudes dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político”.

Este conceito explicita que a cultura política é fruto de diferentes experiências históricas e que não necessariamente caminham para a mesma conformação institucional, o que podemos presumir é que existe um comportamento político de acordo com a cultura que se desenvolve em cada nação, e que esta cultura com o passar do tempo se torna tão intrínseca, tão marcante que ela acaba sendo um determinante deci-

sivo dentro do comportamento de atores políticos e sociais, e isto é feito de forma tão automática que muitas vezes nem nos damos conta que estamos sob influência dessa nossa cultura. O conceito foi originado, segundo o autor, a partir de uma concepção normativa de sociedade baseada em um determinado tipo de experiência histórica vivenciada por determinados países.

A cultura política é ferramenta auxiliar na compreensão da realidade a partir das experiências históricas vividas, o que proporciona um entendimento do comportamento dos eleitores nos períodos de campanha.

Se observarmos a nossa história e fizermos uma pequena retrospectiva veremos que na colonização do Brasil aparecem muitos problemas relacionados ao nosso país, e que estes mesmos problemas se encontram na atualidade.

É através dessa retrospectiva histórica que iremos buscar a gênese da sociedade brasileira e o perfil comportamental da nossa população.

Como é de nosso conhecimento, a sociedade brasileira emerge em cima de relações escravocratas, onde tínhamos três classes de raças bem definidas, os portugueses, os negros e os índios. As primeiras relações de trabalho da nossa comunidade foram o trabalho “escravo”, onde senhores mandavam e escravos obedeciam, as leis eram o tronco e a chibata.

Analisando pelo viés da economia, eram apenas duas classes bem delimitadas, a dos senhores e a dos escravos.

O senhor era o chefe do clã, a figura central dentro da família e também da sociedade em geral. O que lhe dava esta posição superior, e seu poder dominador, assim como seu prestígio, era a sua condição financeira, seus bens. E esse poderio econômico lhe proporcionava também grande influência política, de onde nasceriam futuramente práticas muito conhecidas que são o coronelismo e o patrimonialismo. Essas formas de se governar foram decisivas no processo de desenvolvimento da cultura política do nosso povo e dos comportamentos autoritários de políticos e cidadãos ainda presentes no nosso cotidiano.

Segundo Faoro,

o patrimonialismo é o eixo principal da cultura política brasileira, que somado a outras práticas como

o clientelismo, a ética do favor e a corrupção se tornam os responsáveis pelo fracasso das demandas populares e pelas insurreições democráticas. O patrimonialismo com sua teia de amizades, de favores, de tolerâncias e apadrinhamentos, é responsável pela permanente tomada de poder e de políticas de governo frustrantes no Brasil. (Faoro, 1979, p.13)

Acabamos por nos enraizar a essas práticas, e a encará-las dentro da mais absoluta normalidade. Essa cultura política, que veio se materializando através dos tempos, talvez possa justificar o comportamento político não-democrático tanto da classe política quanto da população.

A cultura política se torna tão importante porque é ela que justifica as atitudes e as maneiras como a população se porta nos processos políticos. As atitudes dos cidadãos se estruturam a partir da cultura adquirida através das gerações, e essas atitudes podem ser estudadas e explicitadas pelo uso de pesquisas empíricas, que demonstrarão e nos permitirão enxergar com uma maior clareza e amplitude os pontos fracos e fortes da democratização do Brasil, bem como de uma cultura política viciada que conspira contra a implementação de atitudes democráticas, que seja calcada em valores, em um comportamento cidadão, e que nos permitiria conviver com uma democracia um pouco mais solidificada.

Diferentes culturas políticas são fruto de diferentes experiências históricas. Citando Baquero,

não basta serem verificadas atitudes e opiniões políticas de determinada sociedade para se compreender adequadamente o papel que a cultura política exerce sobre a ação política, há necessidade de serem incorporados aspectos que contemplem crenças e valores subjetivos sobre o conhecimento e expectativas políticas, que são produto da experiência histórica das nações e dos grupos políticos. (Baquero, 1998, p.33)

Em se tratando de história do Brasil, não podemos deixar de lado obras como a de Caio Prado Junior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que formam uma trilogia de obras fundantes do redescobrimento do Brasil.

Através dessas obras podemos perceber detalhadamente o descaso com que o Brasil era tratado no período colonial pelos Portugueses que aqui estavam, bem como a nascente de alguns problemas que herdamos e que se fazem presentes na conjuntura atual como a exclusão social, a continuidade da mentalidade patriarcal, a dívida externa, os problemas agrários, a marginalização de negros e índios, a economia voltada para o exterior¹ (fato hoje atribuído principalmente pela instituição das políticas neoliberais e pela onda da globalização) etc.

Depois de séculos vivendo em uma sociedade que passa pelo escravismo, pela instituição de um Estado Absoluto sob a forma de monarquia, pelo coronelismo, pelo patriarcalismo, onde o poder político anda de mãos dadas com o poder econômico, o Brasil consegue se libertar oficialmente desse quadro e passar para o início de um processo de democratização com o movimento que foi gerado em torno das Diretas Já, em 1984, e a eleição de Tancredo Neves, como o primeiro civil a chegar à Presidência depois de 25 anos, através do voto indireto. Esse período pode ser considerado como o período decisivo, de ruptura com o regime militar.

Antes de 1984, ainda na década de 70, começa a ser observada uma espécie de agitação na nossa sociedade civil, algo realmente novo. Eram os movimentos sociais, que começavam a tirar a população que se encontrava à margem dos processos políticos do país².

Dentro dessa movimentação por grupos específicos, em prol de mulheres, de negros, idosos e adolescentes, estava também o movimento que pleiteava a democracia como forma de governo ideal e desejável. Uma democracia que seria de fato instituída, mas que repousaria nas formas autoritárias costumeiras que tan-

¹Estes aspectos são demonstrados com riqueza de detalhes na obras de Prado Junior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Também em Freyre, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 46 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002 em Holanda, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973 e em Alencastro, Luís Felipe. **O Trato dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²Encontrado no Grupo de Estudos sobre a construção democrática. Sociedade civil e democracia participativa. **Revista Idéias**. IFCH-Unicamp, Campinas, 1998/99, p.13-96.

to classes políticas quanto classes sociais já estavam familiarizadas ao convívio.

Com a movimentação das “Diretas Já”, demos o primeiro passo para a reformulação política do país. No entanto, iremos realmente consolidar um ordenamento jurídico legal somente a partir de 1988 com a nova Constituição.

No entanto, quando os brasileiros conseguem passar do regime militar para o democrático têm a sensação de que estavam obtendo uma grande conquista, e por isso acreditavam piamente que mudanças, melhorias estariam por vir com o novo regime. Por trás do sentido da palavra democracia, existe todo um simbolismo, e a nação passa a depositar todas as suas esperanças nela. A democracia passa a ser vista como uma panacéia, quase como uma crença, a representação que ela trás nas pessoas é muito forte, marcante, é a realização plena dos interesses, dos direitos, da liberdade, da igualdade popular.

No entanto, não é assim que ocorre no Brasil. Implantamos uma democracia em cima de práticas antigas, como o patrimonialismo e o coronelismo, ou seja, misturamos os dois modelos, pois não houve tempo de adaptação, de realmente efetivarmos uma ruptura real com as práticas antigas.

Talvez pudéssemos ter uma democracia diferente se o modelo tivesse feito parte do cotidiano das pessoas, se o sistema tivesse sido internalizado pelos cidadãos por um longo e sólido processo de socialização política, pois o capitalismo e a democracia se desenvolvem geralmente juntos com o modelo liberal, o que difere do que foi o nosso passado político.

Com o modelo liberal fazendo parte da vida da nação, a população já se acostumaria a conviver com essas práticas de governo. Haveria, dessa forma, uma passagem gradativa, onde daria tempo suficiente para politizar e adaptar a população a um novo modelo de governo.

Segundo Baquero (1998, p. 34), aqui no Brasil o capitalismo surge sem a formação de uma base social, econômica e ideológica de cunho liberal, pois ela é um meio utilizado na resolução dos problemas políticos. E, dessa forma, é natural que no Brasil exista uma

maior dificuldade de democratização, pois não existe uma base sólida, um terreno que fosse propício, que tivesse sido preparado para a instauração da democracia.

Foi implementado um regime novo sobre um sistema de práticas arcaicas, e autoritárias, cheia de vícios e de uma classe dominante que julga poder comprar a tudo e a todos em seu favor, e em favor dos seus.

A democracia, como afirma Bobbio (1986, p. 61), não pode ser vista somente como um conjunto de regras e procedimentos, ela depende também de uma postura que seja adequada por parte da população e dos políticos, ela deveria ser exercitada diariamente, ser agregada aos costumes, a valores, ela é antes de tudo uma opção social.

Existe uma aparente relação de causalidade entre a democracia e a cultura política, demonstrando a necessidade de existir uma cultura cívica, uma maior identificação e aproximação da população com os símbolos da pátria, há a necessidade de que essas crenças e valores subjetivos sejam incorporados pela população como forma de conhecimento e de ampliação do sentimento patriótico, estimulando a atenção, o zelo da população pelas questões de interesse público. Quando falamos em cultura cívica não estamos nos referindo a uma aproximação para promover a manipulação humana ou uma espécie de lavagem cerebral, algo parecido com o que foi feito no período da ditadura em que disciplinas como OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e EMC (Educação Moral e Cívica) que marcaram o currículo escolar das crianças e jovens naquele período histórico.

Em recente Congresso de Direito Político na cidade de Curitiba alguns estudiosos defendiam estas disciplinas, dizendo que no período da ditadura embora de forma inconsciente os militares estavam preparando, formando verdadeiros cidadãos e despertando o espírito da cidadania e que, mesmo não sendo este seu intuito real, eles estavam favorecendo a formação de cidadãos e a própria democracia.

Dizia Gonçalves,³

³ A palestrante citada é a Professora Doutora Maria Dativa de Salles Gonçalves, da Universidade Federal do Paraná, em sua apresentação sobre “Educação Política no Brasil: os caminhos para democracia real”, em 21 de Abril de 2004, no Congresso Brasileiro de Direito Político que aconteceu no Canal da Música em Curitiba.

a educação moral e cívica foi importante, pois educava justamente no contrapé do período da ditadura, educava sim, cívica e moralmente em direção ao sentido democrático. Se não dermos educação política aos jovens e noção de deveres com a sociedade, este jovem se limitará à pequena política e não à grande política onde se debatem e resolvem de fato questões que são inerentes à mesma (informação verbal).

As expectativas políticas são o produto da experiência histórica das nações e de grupos políticos, e nossas expectativas pós-ditadura eram de se democratizar o país. No entanto, eram previsíveis as dificuldades que encontraríamos de ruptura com antigas formas e costumes que estavam agregados aos hábitos e costumes de muitos de nós brasileiros.

Para se manter um sistema democrático é desejável que a população faça uso desses valores e um comportamento ligado a valores como tolerância, moderação, que possam permitir a sua estabilidade.

O grande problema da estabilização democrática está no fato de sua implementação representar a resolução dos problemas de ordem social, de primar pelos anseios populares, proporcionar melhores condições de saúde, habitação, transporte, saneamento básico etc.

Temos conhecimento de que os ideais os quais a democracia se propõe a resolver não se concretizam. E, sendo assim, como é que a democracia continua a se manter como modelo de política em nosso país mesmo com o desencanto que emerge de parte da nação?

Para esclarecer essa questão, não podemos deixar de lembrar o modelo de hegemonia proposto por Gramsci. O modelo hegemônico que foi construído por Gramsci a partir de Marx se caracteriza por constituir uma relação dialética com o conceito de dominação. Segundo ele,

Na medida em que a função de liderança econômica, social, intelectual e moral as classes hegemônicas formam, ou constituem um consenso (a partir dos valores dessas classes), é, um modo de ação mais eficaz que a coerção. A hegemonia de uma classe no poder se manifesta através do consentimento espontâneo dado pelas grandes massas da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante. (Gramsci, 1989,

p.95)

Ainda segundo Baquero (1998, p. 44), o modelo hegemônico incorpora a dimensão do poder, e de como essa força abstrata tem grande influência, e acaba por manipular, desvirtuar comportamentos, vidas, personalidades, decidindo pelas condições que são favoráveis ou não, pertinentes ou não à população. O poder é uma força que age em favor do bem ou do mal, vai para o lado que lhe convém, buscado sempre a efetividade de interesses individuais.

Citando novamente Baquero,

Segundo a teoria da hegemonia, os setores dominantes da sociedade, a fração que está no poder – constroem uma hegemonia que é simultaneamente a garantia e a justificativa do seu domínio. Em outras palavras, os setores hegemônicos constituem um sistema de crenças e valores que passam a ser considerados como senso comum, ao mesmo tempo em que essas crenças e valores, por sua vez, são constituintes da sociedade. Desta forma, os valores e crenças hegemônicos - que se manifestam na cultura política - são simultaneamente uma apreensão e uma construção dinâmica da realidade, a partir de determinada concepção de mundo. (Baquero, 1998, p. 44)

A população acaba por se conformar e aceitar a forma de ação do governo existente, que se move por seus próprios interesses e que deseja que os indivíduos que estão em baixo se mantenham como tal. É para isso que este sistema de valores e crenças é utilizado, ou seja, a implantação da democracia no Brasil combina igualdade política com a desigualdade social, isso explica o porquê do comportamento da maioria que se encontra inserida na classe política.

Segundo Gramsci (1989, p.86), na sociedade que é caracterizada como capitalista, a fração do poder encontra-se ligada diretamente ao capital e aos interesses que estão em torno do mesmo, de modo a garantir que se mantenha e multiplique este capital.

O determinante econômico é central, e muito forte nos processos de democratização, e das eleições, embora existam outros múltiplos determinantes circundando a questão política.

Podemos perceber também que as ideologias políticas e religiosas podem ser utilizadas, como forma

de manipulação popular e de camuflar verdades e também a mídia, o marketing e o escambo (troca de votos por favores políticos ou vantagens materiais).

O que temos no Brasil hoje é uma política autoritária que se funde com a defesa hegemônica dos procedimentos democráticos, e a consequência disto é o comportamento político que tem como hábito a manutenção dos valores que são interessantes para as elites detentoras de um poder maior, prova disto são os escândalos de apropriação da “coisa pública” por parte de atores políticos e da implementação de normas e leis que beneficiem ou que mantenham as regalias dos mesmos.

Os procedimentos democráticos, por si só, não garantem a adesão popular, visto que os mesmos não solucionam os problemas sociais como era de se esperar. Marx já afirmava em 1845, quando escreveu *A Ideologia Alemã* que, “as classes que detêm o domínio material acabam por dominar também as idéias, a consciência”. Marx (1991, p.34-37).

A cultura política de uma sociedade resulta de um padrão de orientações cognitivas, valorativas e emocionais que, além de estáveis, permanecem vivas e dinâmicas, atuando ao longo do tempo, e isto só mudaria se houvesse uma brusca ruptura na história que mudasse o curso dos acontecimentos e hábitos, a fim de definir novos padrões. Do contrário, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com suas matrizes originais através dos tempos.

Depois dessa explanação, percebemos que a cultura política e a hegemonia ocupam papéis centrais, de destaque no cotidiano, na maneira de ser e agir dos indivíduos de uma nação.

Essas práticas autoritárias, que são vistas como dentro de uma certa normalidade, podem ser observadas no funcionamento de toda estrutura governamental do país desde o período colonial. As relações de trabalho, que se apresentavam sobre o formato do escravismo, com um excessivo poder de dominação que não permitia vantagens e benefícios ao trabalhador escravo, retratam perfeitamente sobre que bases está repousando o nosso passado e como estamos vivendo o nosso presente, já que em muitos lugares do nosso vasto território pessoas continuam sendo escravizadas quase como à moda antiga.

Hoje, embora não tenhamos mais aquela esca-

vidão do tronco e da chibata, temos crianças ainda muito pequenas trabalhando em plantações, temos operários trabalhando doze horas por dia em empregos sem registro, sem recolher a contribuição social que poderia lhes garantir uma aposentadoria.

A história do trabalho no Brasil é citada como um mero exemplo ilustrativo que serve para demonstrar como a dominação, o poder, o autoritarismo, em uma cultura que vem se mantendo através dos anos é capaz de ser extremamente cruel e decisiva em muitos aspectos e se manter até os nossos dias.

Podemos assim perceber que existem muitos problemas que herdamos da época da colonização do Brasil, podemos citar a questão da reforma agrária, da marginalização dos negros e índios e da dívida externa. São problemas que até hoje estão sem solução, e é justamente por esses inúmeros problemas que vão passando de geração em geração sem serem resolvidos, que a população fica cada vez mais descrente e cada vez mais trata o nosso país com descaso, este muitas vezes proposital nos processos eleitorais.

Uma população na sua grande maioria pobre, sem as mínimas condições de sobrevivência digna, será que vai pensar duas vezes em trocar seu voto por um favor político? Por uma cesta básica?

Todos sabemos a resposta, pois temos conhecimento da realidade dos fatos, mas será que é possível cessar com essa roda viva, com a banalização que tem se gerado em torno do voto, com a falta de consciência do eleitorado? É possível cobrar consciência de alguém que passa fome, frio, sede?

São questões para serem pensadas, analisadas inclusive empiricamente para que possamos compreender o comportamento do nosso eleitorado diante das dificuldades e fatos que circundam nossa conjuntura atual e a influência dessas questões nos processos eleitorais.

Quando analisamos com profundidade os rumos que tomaram os processos eleitorais, a mercantilização que se faz em torno deste processo, é realmente preocupante. E, é graças a isso que tantos políticos com conduta duvidosa acabam conseguindo se manter no poder, justamente por doutrinar comportamentos e se aproveitar das fraquezas das pessoas que têm pouco conhecimento, falta de acesso à informação de qualidade, estudo, e que não tem condições de diferenciar

um bom de um mau político, bem como ponderar promessas que podem e que não podem ser cumpridas, ou seja, aquelas promessas utópicas.

São vários os questionamentos que podemos fazer, são inúmeras as respostas que devemos buscar, temos que responder a vários “porquês”, que estão relacionados ao funcionamento da estrutura governamental em que vivemos. Devemos procurar rastrear, através da história, para que possamos compreender a posição do eleitorado hoje, quais os elementos que norteiam este eleitor, e despertarmos a nossa atenção para a questão da responsabilidade eleitoral, ou seja, o voto ético, pensado, ponderado, aquele voto que iremos ofertar a um candidato que se encaixe de acordo com um código de conduta que o permita fazer jus ao posto que irá ocupar com honestidade e conduta exemplar. Somos, sim, responsáveis pelos rumos dados ao nosso país, fazemos parte dessa história, e para onde for este país irá cada um de nós, pois somos todos filhos da mesma pátria.

Num estudo empírico recente sobre Cultura Política e Democracia,⁴ feito no Rio Grande do Sul, aparecem respostas visivelmente contraditórias e que demonstram o grau de conhecimento que a sociedade tem em relação às eleições e a democracia.

Quando a população é questionada em relação à importância do voto, 78,2% das pessoas afirmam ser muito importante, mas quando as mesmas são questionadas sobre seu interesse pela política 47,9% diz em não se interessar nenhum pouco por política.

Quando então questionadas sobre o que é a democracia para elas, a resposta de 76,7% foi que, democracia é as pessoas conseguirem ter melhores condições de vida.

Um estudo desses é de grande importância para se poder avaliar a real situação do eleitorado brasileiro, e demonstra que apesar de quase 80% da população reconhecer a importância do voto, 50% afirma não se interessar por política, o que retrata, segundo a pesquisa, um quadro de alienação e de descaso com o que se passa no cenário político Brasileiro.

Outro dado interessante encontrado diz respei-

to à postura do eleitorado Brasileiro em 1970, no auge da ditadura militar, das perseguições políticas e de todas as barbáries que o povo presenciou. Mesmo com todos os pontos negativos do regime militar, 80% da população se mostrava favorável ao militarismo⁵. O que demonstra que a nossa sociedade já estava conformada e aceitando o autoritarismo militar, justamente por uma cultura que se encontra calcada em cima dessas práticas, e que permite que o povo seja manipulado, escravizado e até rechaçado por quem pode mais.

Inevitável neste ponto não lembrarmos de Gramsci com seu princípio da hegemonia. Para ele o principal culpado pelas relações autoritárias desenvolvidas entre fortes e fracos é o capital, o que nos faz pensar que hoje vivemos a antiga luta de classes em sua versão contemporânea.

Podemos verificar que existem políticos, altos figurões e pessoas com poderio econômico no país que são beneficiados pelo status e poder que detêm nas mãos. Essas acabam por coagir mesmo que não pelo uso da força, de forma explícita, mas psicologicamente as classes menos favorecidas, que são coagidas pelo medo de serem prejudicadas pelo poder maior, pois se sentem fragilizadas, impotentes diante do poder que algumas classes representam, como por exemplo, a classe política.

Nessa problemática, a interdisciplinaridade, e a tentativa de se explorar os elementos máximos da totalidade, ou seja, a análise dos múltiplos determinantes que circundam o problema é de grande importância para a observação do comportamento do eleitor sobre vários aspectos (econômicos, sociais e culturais) e para que possamos nos aproximar das possíveis causas do problema constatado que é a mercantilização dos votos.

Todos os determinantes possuem sua importância e seu grau de influência no processo. Esses vários determinantes atuam como um conjunto que conspira para justificar a conduta da população.

A meta desse trabalho investigativo é também buscar informações em cima dos conhecimentos de

⁴ O estudo foi desenvolvido pela UFRGS em parceria com o Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, coordenado pelo Professor Marcello Baquero.

⁵ Moisés, José Álvaro. Democratização e Cultura de massas no Brasil. Revista Lua Nova. CEDEC. Campinas, n.26, 1992. p.33

senso comum, de ouvir o eleitor e entrar no seu mundo.

A junção desses determinantes permitirá compreender e talvez justificar o comportamento da população brasileira, eles se mesclam e formam uma teia, um emaranhado de vertentes nas quais se encaminham e justificam o distanciamento da população no trato das questões políticas, bem como a alienação na escolha dos candidatos em época de eleição.

Precisamos de cidadãos mais ativos e interessados por política e pelos problemas inerentes ao nosso país, mas para isso o Estado deve proporcionar de fato, direitos e garantias individuais, para que a população tenha condições de despertar seu olhar a outros problemas que são sejam apenas os seus próprios.

Sorj corrobora isso afirmando,

“A cidadania no Brasil poderá continuar a ser mais uma utopia que um conceito descritivo se as condições de igualdade social principalmente no que tange ao acesso aos bens coletivos como educação, saúde e previdência não forem cumpridos”. Sorj (2001, p. 26)

Talvez falar em uma cidadania ou numa democracia plena pareça algo impossível, podemos dizer que nos encontramos ainda passando por um processo de transição para a democracia bem como para a construção da cidadania entre nós, no entanto, não podemos desistir de acreditar e somar forças a fim de promover melhorias e caminhar rumo a uma democracia e a uma cidadania melhor do que a que temos hoje.

A democratização promove uma renovação que acontece de forma gradual e muitas vezes silenciosa no interior de nossa sociedade civil, mudanças tanto de mentalidade, quanto nos modos de vida são necessárias para a evolução política e social do Brasil.

3. Considerações finais

O sistema democrático foi idealizado para uma sociedade civil bem menos complexa do que hoje, passamos de um regime de economia familiar para uma economia voltada para o mercado, que é regulada, protegida por instituições que não são nacionais. De-

mos um salto muito grande desde que a democratização começou a ser implementada em nosso país, quando tínhamos uma sociedade civil mais simplificada, menos plural e mais fácil de ser compreendida e regulada.

Podemos concluir que o processo de democratização do nosso país ainda se encontra em construção, em transição de valores. A democracia é o modelo de governo mais aceito e usado no mundo hoje e é, sem sombra de dúvidas, considerada como a melhor opção, pois ao contrário dela estão os regimes autoritários, os quais já sabemos não ser a melhor opção. Sendo assim, seria um retrocesso se voltássemos à antigas formas. Mas, no caso do Brasil, a democracia ainda não está plenamente consolidada, e nem estará, pois por mais que o governo afirme que nosso país hoje vive a democracia, pela maior parte da população ser votante, não podemos dizer que a vivemos em sua melhor forma, poderíamos ainda melhorar bastante embora saibamos que falar em democracia plena é uma utopia.

Muitos políticos e membros da população continuam usando de formas autoritárias, da coerção, da manipulação, para conseguir o que querem, ascensão financeira e poder, nem que para isso precisem iludir e passar por cima de toda uma nação. Os interesses e benefícios individuais acabam predominando.

Isto é um problema que geralmente ocorre em uma sociedade de classes onde a desigualdade é muito grande, o poder é usado em cima daquelas pessoas que podem menos, à fim de satisfazer as necessidades pessoais de quem pode mais.

Marx corrobora tal perspectiva afirmando que é a divisão da sociedade em classes antagônicas que explica a origem das desigualdades sociais. Numa sociedade de classes, uma delas, ou uma fração delas detém o poder político, utilizando-se para tanto de todos os meios disponíveis, desde a opressão física, através da repressão aos movimentos que possam, de alguma forma a, ameaçar o poder da classe dominante, até mecanismos de dominação ideológica. Marx (1991, p.40-48)

A impressão que temos hoje é a de que, a cada dia que passa, mais pessoas voltam as costas para o nosso país, desprezando seu direito ao exercício da cidadania, ou talvez façam isto de maneira proposital, de forma consciente mesmo para mostrar sua insatis-

fação com o atual cenário político. Um exemplo disso é a totalização das eleições de 2002, quando mais de 29 milhões de Brasileiros anularam, votaram em branco ou não votaram,⁶ representando um percentual de 26,47% dos eleitores, em um país onde o voto é obrigatório.

Isto nos leva a pensar que talvez o que esteja acontecendo é que justamente essas pessoas não se sentem mais filhos desta pátria. Por julgarem-se desamparados e esquecidos por ela. E, então, dessa forma, acham melhor se colocarem à margem dos problemas políticos que temos enfrentado.

“Uma sociedade só será verdadeiramente democrática quando ninguém for tão pobre que tenha que se vender a alguém e tão rico que possa comprar alguém”. Rousseau (1999, p. 151)

REFERÊNCIAS

1. ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
2. AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996, p.125-151.
3. BAQUERO, Marcello; OLIVEIRA CASTRO, Henrique Carlos; GONZÁLEZ STUMPF, Rodrigo. **A Construção Democrática na América Latina**: Estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre: UFRGS. 1 ed. 1998.
4. BENJAMIN, César *et al.* **A opção brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto. 1998.
5. BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
6. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
7. GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. São Paulo: Ed. UNESP, 1996, p.135.
8. GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
9. _____. **Cadernos do Cárcere**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
10. GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Sociedade civil e democracia participativa. **Revista Idéias**. IFCH-Unicamp, Campinas, 1998/99, p. 13-96.
11. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.
12. MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
13. MOISÉS, José Álvaro. In: VIANA, Oliveira. Democratização e cultura de massas no Brasil. **Revista Lua Nova**. CEDEC. Campinas, n. 26, 1992.
14. PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
15. ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
16. SALLES GONÇALVES, Maria Dativa. **Educação Política no Brasil**: os caminhos para democracia real. Palestra proferida no Congresso Brasileiro de Direito Político, Curitiba, 21 abr. 2004.
17. SANTOS, B. S. **Em Busca da Cidadania Global**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_e.html>. Acesso em: 10 mai. 2003.
18. SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

⁶Fonte: Tribunal Superior Eleitoral